

Recebido em 11/2013. Aceito para publicação em 08/2014.

## O ESTADO DA ARTE NA AMBIÊNCIA DA INTERNET: COMO ESTÁ A PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO ASSISTENTE SOCIAL?

### STATE OF THE ART IN THE INTERNET ENVIRONMENT: ARE THERE ARE MANY STEPS IN THE PRODUCTION OF CONTINUING EDUCATION FOR THE SOCIAL WORKER?

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes<sup>1</sup>

Elisa Maria Andrade Brisola<sup>2</sup>

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon<sup>3</sup>

**Resumo:** A qualificação profissional no âmbito da docência, pesquisa e intervenção passa, necessariamente, pela educação permanente. Para elaboração deste "estado da arte" de natureza exploratória e descritiva, utilizou-se de categorias para análise, categorias estas representadas pelos seguintes descritores: "educação permanente", "formação continuada", "capacitação", "reciclagem profissional", "SUAS", "NOB-RH/SUAS" e "serviço social". A abordagem se configura como bibliográfica e quanti-qualitativa. Nessa direção, analisou-se criticamente a literatura acerca da educação permanente do assistente social no contexto do Sistema Único de Assistência Social, após regulamentação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. A tendência da produção científica demonstra que tematizar questões referentes à educação permanente vem se constituindo como um grande desafio.

**Palavras-chave:** serviço social; estado da arte; educação permanente; NOB-RH/SUAS.

**Abstract:** The professional qualification in the areas of teaching, research, and practical intervention necessarily involves continued education. In this sense, this article seeks to critically review the literature on the continuing education of social workers in the context of the Unified Social Assistance, especially after regulation of Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. For elaboration of this "state of the art" in an exploratory and descriptive nature, analysis of categories was used. The approach is configured as bibliographic, quantitative, and qualitative. The tendency of scientific literature demonstrates that the issues of continued education are becoming a major challenge.

**Keywords:** social work; state of the art; continued education; NOB-RH/SUAS.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais - Universidade de Taubaté - Unitau, Brasil. Assistente Social da Prefeitura Municipal de São José dos Campos-SP. E-mail: nilsenmarcondes@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Brasil. Docente do Programa Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais - Unitau, Brasil. E-mail: elisabrisola@uol.com.br.

<sup>3</sup> Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e Desenvolvimento Humano - Unitau. E-mail: edna.chamon@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos intitulados “estados da arte” ou “estados do conhecimento” se referem às pesquisas de caráter bibliográfico que têm como objetivo descrever, discutir e compreender a produção acadêmica e científica sobre uma temática específica que se busca investigar. Este mapeamento da literatura, que privilegia determinado período ou época, tem como fontes documentais os livros publicados de autores que tenham tratado do assunto ou ainda os bancos de dados que povoam a ambiência da internet. Com relação ao espaço da internet, estes podem ser abertos, ou seja, de domínio público ou acessível por meio de pagamentos. A navegação permite que se tenha acesso às dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (CAMPANÁRIO; SANTOS, 2011; FERREIRA, 2002).

Várias são as formas de se garantir a formação e a qualificação do trabalho do assistente social, sendo a educação permanente uma delas. E é justamente sobre essa realidade respaldada por uma pesquisa de caráter bibliográfico que se reflete neste artigo.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB-RH/SUAS), aprovada por meio da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, pode ser considerada como uma regulamentação bastante atual e com potencial para garantir a identidade e o espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais, bem como de todos os demais profissionais que atuam no âmbito da Política de Assistência Social (BRASIL, 2007).

Justifica-se a reflexão como muito oportuna pelo fato da NOB-RH/SUAS referendar e incentivar a realização e publicação de estudos investigativos, pautados em pesquisas, como forma de contribuir no avanço da literatura da área de Serviço Social sobre a especificidade da temática educação permanente.

E, ainda, outro referencial, que vem adensar a importância de reflexões em torno da qualificação permanente do assistente social, situa-se no âmbito da Política de Educação Permanente, tornada pública à categoria profissional em setembro de 2012 pelo Conselho Federal de Serviço Social, a qual apresenta-se como um relevante instrumento político, visando ao fortalecimento da formação e da intervenção cotidiana profissional. Nas palavras dos redatores dessa Política, sua materialização exige “coragem, organização, capacidade crítica e unidade” por parte dos assistentes sociais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 2).

A formulação textual dessa Política foi consequência de intensa reflexão e trabalho coletivo por parte da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sendo este último responsável, também, pela organização e divulgação do referido documento.

Essa Política reforça condutas atentas à importância de uma grande e constante articulação entre o aspecto formativo e interventivo da profissão, como forma de realimentar e estimular processos que atribuam maior qualidade à intervenção dos profissionais de

Serviço Social, em face dos desafios que se apresentam na vivência cotidiana em sociedade e na necessidade do enfrentamento de tais desafios, não obstante ela tenha potencial, também, para abranger o contexto amplificado da organização política dos assistentes sociais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012).

A aprovação da Política de Educação Permanente se configura no cenário atual como estratégia clara de enfrentamento às condições adversas com que o profissional de Serviço Social se depara no âmbito do mercado de trabalho. Não obstante estratégia de resistência, tal Política apresenta-se, também, como um desafio a ser assumido na conjuntura contemporânea, em que o ensino, especialmente o ensino superior, apresenta-se capturado pelos interesses do capital nacional e internacional.

A NOB-RH/SUAS e a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS fixam um ponto referencial que fortalece o agir do assistente social. Assim, sob o prisma dessas duas realidades, que asseguram valores concernentes à intervenção teórico-prática, é justificável defender a necessidade de reflexões majoradas em torno da qualificação continuada.

Após essa breve exposição introdutória, parte-se, agora, para a identificação, apresentação e análises dos resultados de uma pesquisa bibliográfica acerca da produção veiculada na ambiência da Internet sobre o tema “Educação Permanente do Assistente Social no contexto do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)”, principalmente após regulamentação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB-RH/SUAS), aprovada por meio da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006.

A elaboração deste “estado da arte” ocorreu no período de junho de 2011 e julho de 2012. O método utilizado foi o exploratório-descritivo, utilizando-se para análise os seguintes descritores “educação permanente”, “formação continuada”, “capacitação”, “reciclagem profissional”, “SUAS”, “NOB-RH/SUAS” e “serviço social”. Quanto à abordagem, configurou-se como quanti-qualitativa. Quantitativa, em função das informações coletadas terem sido obtidas por meio de um levantamento da quantidade de trabalhos publicados, quais sejam artigos, dissertações e teses; e qualitativa porque foram realizadas análises descritivas e interpretações dos dados obtidos.

Considerada como pesquisa bibliográfica, o esquema taxonômico adotado, para levantamento e análise da publicação a respeito da educação permanente dos assistentes sociais, foi elaborado a partir de uma investigação realizada dentro de um universo amostral representado pelo Banco de Dados de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), independente do ano de publicação do trabalho produzido. Entretanto, como a CAPES instituiu a divulgação digital das dissertações e teses somente a partir do ano de 2006, por meio da Portaria CAPES 013/2006, as obras anteriores foram buscadas no banco de dados do Portal do Assistente Social ([www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br)), que reúne algumas das produções, datadas a partir de 1970, dos 19 principais Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social.

Para complementação do rastreamento da produção de conhecimento a respeito do objeto de estudo, qual seja, a educação permanente do assistente social, foi considerado, também, como universo amostral, algumas revistas científicas de maior repercussão no âmbito do Serviço Social, disponíveis na internet, focando, exclusivamente, o período que compreende os anos de 2007 ao primeiro semestre do ano 2012.

O recorte de tempo foi definido intencionalmente, pois a opção pela delimitação em anos, tendo como referência do estudo a inicialização em 2007, fez-se em decorrência do texto da NOB-RH/SUAS ter sido publicado em 25 de janeiro de 2007. Como esse instrumento normativo, dentre outras prioridades, aprofunda a importância da educação permanente de todos os trabalhadores envolvidos na Política Pública da Assistência Social, acreditou-se que informações sobre essa temática fossem mais expressivas a partir da aprovação dessa Resolução pelo Conselho Nacional de Assistência Social, em 13 de dezembro de 2006.

Portanto, este estudo, elaborado a partir da produção realizada, tendo como referência a Política de Assistência Social, exposto sob a forma textual marcada por uma linguagem concisa e descritiva sem acréscimo de gráficos ou quadros ilustrativos, apresenta duas divisões: desenvolvimento da discussão subdividido em duas partes, quais sejam Banco de Dados e Periódicos Eletrônicos do Serviço Social; e as considerações finais, evidenciando que a tendência da produção científica demonstra que a educação permanente do profissional de Serviço Social no âmbito da Assistência Social, ainda vem se constituindo como um grande desafio devido à necessidade de adensamento teórico a respeito.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Não obstante a identificação e quantificação objetiva e concreta dos dados bibliográficos possibilitar a organização textual que segue, é imperioso reforçar que todo e qualquer mapeamento acerca de determinada produção acadêmica tem suas limitações. Considera-se como muito pretensioso da parte do pesquisador acreditar que sua construção sobre “estado da arte” é capaz de refletir fidedignamente a trajetória histórica de um objeto específico de investigação. Assim sendo, na contramão dessa pretensão, o que se propõe com este estudo de caráter bibliográfico é apenas ampliar o universo informacional sobre educação permanente dos assistentes sociais.

### **2.1 Banco de Dados**

Em relação à CAPES, a classificação pautou-se pela identificação dos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* com os descritores “educação permanente”, “formação continuada”, “capacitação”, “reciclagem profissional”, “SUAS”, “NOB-RH/SUAS” e “Serviço Social”, identificados por intermédio dos campos do referido banco de dados, denominados “Título” e “Assunto”. A posterior leitura do resumo ocorreu somente quando o título da dissertação ou da tese apresentava um dos descritores estabelecidos.

No que diz respeito ao Portal do Assistente Social, o levantamento das obras consistiu na leitura detalhada e atenta de todos os títulos apresentados no banco de dissertações e teses do referido Portal. Na impossibilidade de utilização de descritores, foi necessária uma exaustiva busca por meio da averiguação de “título por título”. Foram localizados 3.144 estudos, produzidos no Brasil, entre 1974 e 2008, distribuídos entre as Universidades Federais de Alagoas, Brasília, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina; Universidades Estaduais de Londrina, Rio de Janeiro, São Paulo (UNESP – Campus de Franca); Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

### 2.1.1 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Apresenta-se, agora, o resultado das buscas realizadas no Banco de Dados da CAPES. Estas apontaram para a existência de uma dissertação de mestrado, intitulada “Formação profissional continuada do assistente social: uma reflexão a partir das visitas de fiscalização do CRESS nas regiões de São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba”, de autoria de Tânia Sueli Garcia, aluna da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), da cidade de Franca. Essa dissertação de mestrado, datada de 01 de novembro de 2004, apresentou como resumo a seguinte redação:

Este estudo teve como objetivo levantar o perfil dos assistentes sociais no tocante à formação profissional continuada. Para isso realizamos uma pesquisa, a partir dos formulários de visita de rotina, de caráter preventivo, realizados pelo setor de fiscalização profissional do CRESS-SP – 9ª Região – Delegacia Seccional de São José do Rio Preto, abrangendo, ainda, as regiões de Presidente Prudente e Araçatuba. O universo da pesquisa constou de 59 instituições visitadas entre públicas e privadas, sendo entrevistados 90 assistentes sociais. O referencial teórico e metodológico, utilizado na interpretação e análise dos dados, baseou-se na teoria social crítica marxiana tendo como pressuposto a compreensão da realidade, como totalidade social, síntese de múltiplas determinações. (GARCIA, 2004, p. 7).

### 2.1.2 Portal do Assistente Social

Em consulta a esse Portal, foi possível a identificação de outro trabalho, porém, por não estar digitalizado com permissão ao *download*, a realização da leitura para aprofundamento do conteúdo tornou-se inviável. Nesse caso, seria necessário contatar diretamente a biblioteca do Programa de Pós-Graduação onde foi defendida a dissertação, opção essa descartada pelas autoras deste artigo. Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1984, de autoria de G. G. Dijkstra, intitulada “O assistente social e a educação permanente”.

Os resultados alcançados em ambas as fontes de dados permitem afirmar que são escassos os estudos sobre a educação permanente do assistente social. Chama a atenção o

fato de, no período de 1974 a 2011, evidenciarem-se, no cenário da produção do conhecimento, apenas duas dissertações de mestrado defendidas sobre a temática, indicando que poucas pesquisas articulam-se em torno desse objeto de pesquisa.

Portanto, verifica-se que entre os pesquisadores, a apropriação do tema ainda se configura como um desafio. O conhecimento produzido nos Programas de Pós-Graduação, embora riquíssimo, variado e de inquestionável rigor teórico-metodológico, contempla pouco a incorporação do debate acerca da educação permanente do assistente social, mesmo após 2007, quando o texto da NOB-RH/SUAS foi publicado.

Defende-se que o espaço sócio-ocupacional e que a participação em atividades promovidas por entidades organizativas da categoria profissional e por universidades apresentam-se como realidades capazes de promover a contínua reciclagem do exercício profissional. Portanto, ambos os contextos, que, na prática, complementam-se, contribuem para um alcance exponencial dos conhecimentos adquiridos na graduação. Partindo dessa assertiva, quanto mais estreita for a comunicação entre as entidades organizativas, a academia e os profissionais já graduados que se encontram inseridos nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, maior será o resultado positivo na direção de uma educação permanente.

Quanto ao estreitamento da comunicação entre academia e profissionais, acredita-se que, por meio de um dos pilares da universidade, ou seja, o eixo da extensão, essa comunicação se constituiria como uma possível estratégia capaz de minimizar o distanciamento de ambas as realidades, que, logo após a graduação, tendem a aumentar gradativamente. Além disso, a efetivação dessa troca de saberes poderia culminar, também, na produção de conhecimentos que articulasse, com maior incidência, a temática da educação permanente na ambiência acadêmica, justamente porque fomentada por profissionais já graduados que, dotados de experiência advinda do espaço sócio-ocupacional, estariam articulados aos docentes munidos da experiência construída no ambiente acadêmico.

Sabe-se que a função da universidade ultrapassa o objetivo de apenas formar profissionais que, depois da conquista do diploma, partem em busca de sua inserção nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Da mesma forma, a academia não se restringe a ofertar possibilidades de educação permanente por meio da pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, mas também assume o compromisso com a sociedade em geral. Nesse aspecto, privilegia-se a troca de conhecimentos mútuos.

Em detrimento da imposição do conhecimento, esse diálogo, materializado por meio da oferta de oficinas temáticas, seminários e cursos de curta duração, que podem ser propostos como programação de uma extensão universitária, por exemplo, possibilita que o profissional envolvido com a prática interventiva torne-se sujeito da construção do conhecimento, assim como aquele que se dedica às ações pedagógicas e de pesquisa.

Embora imprescindível a articulação entre educação permanente, pesquisa e produção

do conhecimento, muitos profissionais não se sentem “na obrigação” de se enveredar pelos caminhos do *stricto sensu* quando pensam nas possibilidades exequíveis de busca de uma educação permanente. Portanto, atribuir importância a essa realidade igualmente se faz necessário enquanto compromisso a ser assumido pelos pesquisadores da atualidade, bem como pela universidade.

Por outro lado, a centralidade da ação investigativa precisa adequar-se, também, às necessidades da atual configuração histórica nacional e de trabalho dos profissionais de Serviço Social envolvidos com a política de assistência social, que se materializa e se consolida no SUAS. A necessidade dessa centralização é reforçada ainda pelo reconhecimento da importância das universidades como *lócus* central do pensamento crítico social e de produção de conhecimento, nas quais as obras acadêmicas, em especial as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, têm, em si, a potencialidade para influenciar o debate nacional da categoria dos profissionais.

Ao se afirmar que as obras acadêmicas por si só são incentivadoras de debates entre a categoria, significa considerar que, na formação do profissional, e, conseqüentemente, na continuidade dela, ao longo do exercício profissional, a conjugação da competência teórico-metodológica e técnico-operativa deve se configurar como um compromisso básico daqueles que buscam uma educação permanente. Nesse sentido, as produções acadêmicas, muitas delas transformadas em livros ou parte delas em artigos de periódicos científicos, quando consultadas e pesquisadas por aqueles profissionais que buscam seu aprimoramento contínuo, transformam-se em fontes teóricas capazes de direcionar e respaldar suas ações, reflexões, debates e construções de novos conhecimentos.

## 2.2 Periódicos Eletrônicos do Serviço Social

Na sequência, apresenta-se um panorama com os resultados da pesquisa realizada em 20 veículos de publicação de artigos. Os periódicos que alicerçaram a elaboração deste estudo foram os seguintes: revista Em Pauta, Emancipação, Katálys, Libertas, O Social em Questão, Praia Vermelha, Ser Social, Serviço Social & Realidade, Serviço Social em Revista, Serviço Social & Saúde, Sociedade em Debate, Temporalis, Textos e Contextos e Políticas Públicas. Em todas elas, a classificação foi feita com base na leitura dos resumos dos artigos. A clareza quanto à natureza da abordagem não exigiu das autoras deste estudo uma leitura dos artigos na íntegra. Essa ação foi realizada somente para aqueles que se adequavam à temática.

Como se considerou apenas aquelas revistas científicas, cujo conteúdo estava disponibilizado na internet, houve restrição à busca em duas delas (revistas Inscrita e Desafios Sociais), que, após análise, verificou-se a existência de respectivas versões impressas somente.

A revista Inscrita tem sua publicação sob a responsabilidade do CFESS, e a Desafios Sociais é publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Outros

quatro periódicos estavam parcialmente on-line, restringindo, também, a busca. São eles: revista *Ágora*, publicada entre 2003 e 2007, que foi substituída pelos *Cadernos Políticas Públicas e Serviço Social*; revista *Presença Ética*, publicada entre 2001 e 2003 apenas; revista *Serviço Social & Sociedade*, que, anteriormente impresso, tornou-se eletrônico somente a partir de 2010; e a revista *Temporalis*, que, a exemplo da revista *Serviço Social e Sociedade*, anteriormente impressa, tornou-se eletrônica somente a partir do segundo semestre de 2010.

Dessa forma, nessas revistas em especial, não foi possível realizar a busca de forma integral no período estabelecido pelas autoras deste artigo, ou seja, de 2007 ao primeiro semestre de 2012. Quanto às demais revistas, não foi localizada nenhuma limitação de acesso a partir da data inicial estabelecida para estudo, entretanto, na data limite para finalização foram encontradas certas restrições quanto à busca, porque algumas delas permaneceram por um período sem publicação

No total e independente da temática abordada, foram localizados no total 1.209 artigos, sendo todos eles objeto de análise. Portanto, na revista *Em Pauta*, de publicação semestral pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foram localizados 133 artigos no período de 2007 a 2011, entretanto, nenhum deles faz menção à temática educação permanente do assistente social, direta ou indiretamente.

Na revista *Emancipação*, também de publicação semestral pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, foram encontrados 103 artigos no mesmo período, e, igualmente, nada foi encontrado sobre a temática. Na revista *Katálysis*, de publicação semestral pela Universidade Federal de Santa Catarina, localizada na cidade de Florianópolis, foram pesquisados 152 artigos, entre 2007 e primeiro semestre de 2012, e, da mesma forma, nada foi encontrado referente à temática.

Na revista *Libertas*, publicada semestralmente pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, foram localizados 87 artigos entre 2007 e 2011, e nenhuma menção à temática foi observada. Na revista *O Social em Questão*, cuja publicação online situa-se somente entre 2011 e 2012, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foram encontrados 33 artigos, e nada referente ao objeto de estudo desta pesquisa.

Na revista *Praia Vermelha*, também de publicação semestral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram localizados 55 artigos entre 2007 e 2010, não havendo novas publicações até o momento, e, igualmente nada foi encontrado sobre a temática. Na revista *Ser Social*, de publicação semestral pela Universidade Federal de Brasília, foram pesquisados 75 artigos, no período de 2007 a 2011, entretanto, em nenhum deles a temática educação permanente do assistente social foi apontada.

Na revista *Serviço Social & Realidade*, de publicação semestral pela Universidade Estadual de São Paulo, situada na cidade de Franca, foram localizados 108 artigos no período de 2007 a 2010, nos dois anos seguintes não foram registradas novas publicações. Nessa revista, foram encontrados dois artigos, sendo que um deles menciona diretamente e outro indiretamente a temática educação permanente do assistente social, respectivamente: “Serviço

Social e Educação” (CANOAS, 2007) e “Estágio, Supervisão e Trabalho” (GOUVÊA, 2008).

No periódico Serviço Social em Revista, de publicação semestral pela Universidade Estadual de Londrina/PR, foram pesquisados 89 artigos no período de 2007 a 2011, e nada relacionado à temática educação permanente do assistente social foi localizado.

Na revista Serviço Social & Saúde, de publicação semestral pela Universidade Estadual de Campinas, foram pesquisados 51 artigos no período de 2007 a 2011, com suspensão de publicação no ano de 2008. Nessa revista, foi encontrado um artigo que faz menção direta, porém foca a temática da educação permanente especificamente na área da saúde denominado: “Encontro entre Política de Qualificação e trajetórias sociais” (CAMILO, 2007).

Na revista Serviço Social & Sociedade, de publicação trimestral pela Editora Cortez, foram encontrados 84 artigos no período de 2010 ao primeiro semestre de 2012. Nos anos anteriores, as edições eram publicadas exclusivamente de forma impressa, não tendo sido, portanto, objeto de estudo. Nessa revista, foram localizados dois artigos de Raichelis (2010, 2011), que tratam a questão, sendo eles: “Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS” (RAICHELIS, 2010) e “O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos” (RAICHELIS, 2011).

Na revista Sociedade em Debate, publicada semestralmente pela Universidade Católica de Pelotas/RS, foram localizados 77 artigos entre 2007 e 2010, e neles nenhuma menção à temática foi observada. Na revista Temporalis, de publicação semestral pela ABEPSS, foram encontrados 55 artigos entre o segundo semestre de 2010 e primeiro semestre de 2012. Nos anos anteriores, as edições eram publicadas exclusivamente de forma impressa, não tendo sido, portanto, objeto de estudo. Nessa revista, foi localizado apenas um artigo intitulado “A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado” (GUERRA, 2011), que trata indiretamente o tema deste estudo.

Na revista Textos e Contextos, de publicação semestral pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/RS, foram pesquisados 128 artigos no período de 2007 a 2011. Nessa revista, foi encontrado um artigo que menciona diretamente o assunto, intitulado: “Educação permanente um desafio para o Serviço Social” (FERNANDES, 2007).

Por fim, na revista Políticas Públicas, de publicação semestral pela Universidade Federal do Maranhão, foram localizados 131 artigos no período de 2007 a 2010, e neles nenhuma menção à temática foi observada.

Dentre os 1.209 artigos consultados para fins desta pesquisa, no período de 2007 ao primeiro semestre de 2012, apenas sete tratam do assunto. Dois deles situam a educação permanente integralmente e não articulada às outras realidades, quais sejam: “Educação permanente um desafio para o Serviço Social” (FERNANDES, 2007) e “Serviço Social e Educação” (CANOAS, 2007). Nos outros cinco restantes, a articulação da temática está vinculada a outras discussões, sendo que apenas duas delas se reporta à questão do trabalho: “Encontro entre Política de Qualificação e trajetórias sociais” (CAMILO, 2007), que se refere exclusivamente à educação permanente do assistente social que atua na área da

saúde; “Estágio, Supervisão e Trabalho” (GOUVÊA, 2008); “Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS” (RAICHELIS, 2010); “O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente a violações de seus direitos” (RAICHELIS, 2011); e “A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado” (GUERRA, 2011).

A análise, proveniente da literatura pesquisada nos Periódicos Eletrônicos do Serviço Social, reforça o entendimento de que a temática educação permanente do assistente social ainda não foi assumida pela categoria profissional, de forma que pudesse despertar o interesse pela produção de estudos na área. Portanto, poucos são os artigos elaborados, muito embora a abordagem do assunto, realizada pelos autores citados, traga à tona contribuições significativas para o debate que se propõe a realizar entre a condição assalariada e a educação permanente do assistente social.

Por meio da análise dos artigos pesquisados, concluiu-se que as principais tendências verificadas quando o assunto é educação permanente do assistente social se voltam à discussão extensiva e em profundidade acerca da pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos, porém não se explicita que tal aprimoramento de sua formação pode advir, também, dos espaços compartilhados de trabalho e de estudo, da troca de saberes, da participação em Seminários, Congressos, Eventos, promovidos pelas entidades organizativas da categoria, pelas universidades, por exemplo, e não somente pela via da qualificação formal. Verifica-se, por conseguinte, o quanto é rara a produção de estudos que aporta contributos teórico-metodológicos à reflexão centrada na educação permanente dos profissionais que não atuam na formação, no desenvolvimento de pesquisas, na docência ou na produção do conhecimento.

É importante destacar que, na defesa da qualificação profissional voltada aos profissionais situados no nível prático-operativo e organizativo, Fernandes (2007) vem coroar, com seu artigo, o papel fundamental da educação permanente na vida desses profissionais, os quais buscam imprimir qualidade à intervenção realizada e à qualidade dos serviços prestados, sem, necessariamente, estarem envolvidos com a realidade da pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*.

Para Fernandes (2007), a educação permanente consiste numa necessidade ao mesmo tempo em que representa um desafio aos profissionais por dois motivos. Primeiro, porque estes se encontram diante das diversas faces com que a sociedade contemporânea se apresenta, sendo todas elas marcadas por projetos políticos voltados à exclusão e que estão a exigir do assistente social o aprimoramento constante de sua formação. E, segundo, porque possibilita atentar-se para os dilemas presentes na organização do trabalho, à particularidade de cada ambiente local e às características do processo de trabalho concreto exercido no interior do contexto sócio-ocupacional.

A reflexão em torno da educação permanente implica considerar o próprio ambiente de trabalho como potencializador de crescimento profissional, à medida que os espaços de reflexão, de troca e de estudo são conquistados e garantidos pela equipe técnica. A educação

permanente, vista sob esta ótica, favorece o diagnóstico das necessidades que são próprias daquele ambiente de trabalho específico, ao mesmo tempo em que contribui para a integração das realidades concretas que se apresentam com as vivências oriundas das intervenções profissionais (FERNANDES, 2007).

Canoas (2007) sustenta suas ideias no comparativo e na similitude existente entre o Serviço Social e a Educação. O autor, referindo-se a Marx, Mészáros e Paulo Freire, expõe que, em decorrência das transformações em contínuo movimento no interior das sociedades, os profissionais do Serviço Social e da Educação devem acompanhar essa dialética e se capacitar, continuamente, permanentemente. Esse autor afirma que:

Em resumo, julgamos haver, cada vez mais forte, um consenso em apontar na direção de que as práticas educativas, dos pedagogos ou dos assistentes sociais, têm propósitos críticos e libertadores na construção de um Projeto Ético-Político-Educativo para a realidade brasileira. A dinâmica conjuntural impõe uma tomada crítica de atitudes políticas tanto para os pedagogos quanto para os assistentes sociais porque ambas as práticas sociais estão socialmente determinadas em seus traços fundamentais e são produtos históricos e mutáveis de seus agentes profissionais. (CANOAS, 2007, p. 164-165).

O artigo de Camilo (2007), embora relevante, porque destaca a importância da educação permanente do assistente social, destoa um pouco da ênfase que as autoras deste artigo se propõem a dar à temática, porque se refere aos profissionais que atuam na área da saúde e não da assistência social.

Gouvêa (2008) também se apresenta comprometida com a educação permanente do assistente social, porém projeta seus argumentos teóricos, assumindo uma opção em defesa daquele profissional que exerce a atribuição de supervisor de estágio. Para ela: “O estágio supervisionado é um elemento pedagógico do ensino técnico-operativo na formação profissional. Enquanto tal, redimensiona e realimenta as atividades dos supervisores de campo” (GOUVÊA, 2008, p. 64). Nesse sentido, a autora compreende que se faz necessária a busca de reciclagem também para esse assistente social, dada sua importante contribuição para a construção da identidade profissional do aluno. “Ao mesmo tempo em que o supervisor ensina também aprende; renova-se no saber/fazer profissional ao mesmo tempo em que contribui para a formação do novo profissional” (GOUVÊA, 2008, p. 69-70).

Transcendendo o nível das descrições factuais presentes na relação supervisor e estagiário, Gouvêa (2008) defende, também, que as bases históricas que sustentam o Serviço Social reforçam a preeminência e imprescindibilidade da educação permanente. Para essa autora: “A educação permanente implica na criação de espaços especiais, como os encontros, as jornadas, que permitam aos profissionais avançar, coletivamente no exercício profissional e na definição do perfil profissional que se quer formar” (GOUVÊA, 2008, p. 62).

As indicações sobre a importância da educação permanente do assistente social, por parte de Raichelis (2010, 2011), estão imbricadas à questão do trabalho. Aliás, suas reflexões giram em torno do tema trabalho, adquirindo nuances diferenciadas, sendo que ora pendem para a análise dos processos de precarização, ora para as demandas que se apresentam nos

espaços sócio-ocupacionais. E, nessas reflexões, a autora faz referências à questão da educação permanente.

O profissional de Serviço Social, para operacionalizar suas ações, necessita reconhecer o cenário sócio-histórico que envolve tal intervenção, porque é justamente esse cenário que estabelece limites e possibilidades para as referidas ações. Existem reflexos políticos que se direcionam para as condições e relações de trabalho. Diante dessa certeza, a articulação do exercício profissional com a questão da educação permanente se faz necessária como forma de desarticular possíveis práticas reiterativas, circunstanciais e descontínuas, que produzem uma resolutividade limitada, parcial e, muitas vezes, distante da qualidade que se queira imprimir a tais ações (RAICHELIS, 2010, 2011).

Em tempos do SUAS, no que se refere, especificamente, ao desenvolvimento da intervenção profissional do assistente social, a importância da educação permanente é apresentada de forma muito enfática por Raichelis (2010). A diretriz dos escritos dessa autora fundamenta-se na questão do trabalho, onde ela tem o cuidado de aprovisionar seu debate com referências em defesa da educação permanente.

Guerra (2011), em seu artigo, demonstra interesse e preocupação com a questão da educação permanente por meio da análise crítica da trajetória da pós-graduação no Brasil, focando, também, o Serviço Social. Entretanto, seus escritos refletem a relevância da formação continuada de forma geral, independente da política pública na qual o profissional encontra-se inserido. A autora acentua, ainda, a importância da educação permanente mais voltada à pesquisa e à docência, legitimando, muito enfaticamente, a característica *stricto sensu* da qualificação profissional.

Verifica-se, portanto, na análise da produção científica, considerando os poucos (sete) artigos encontrados em seis autores somente (CAMILO, 2007; CANOAS, 2007; GOUVÊA, 2008; GUERRA, 2011; FERNANDES, 2007); – sendo que dois são da mesma autora (RAICHELIS, 2010, 2011), cuja temática aparece articulada a outras questões, e que dois tratam diretamente da educação permanente –, que o assunto não representa mais do que 1,2% do total da produção bibliográfica disponível na internet. Implicitamente, isso evidencia que o processo formativo continuado, o qual possibilita imprimir nova direção à intervenção profissional, contribuindo como importante mediador teórico-prático, independente do espaço sócio-ocupacional em que o assistente social esteja inserido, é pouco priorizado pelos estudiosos quando se pensa no universo total, o qual contempla 1.209 artigos pesquisados.

### 3. CONCLUSÃO

No decorrer do percurso de análise ora empreendida, levando em consideração a visibilidade da temática, tanto nos bancos de dados da CAPES e do Portal do Assistente Social, quanto nos Periódicos Eletrônicos do Serviço Social, verificou-se que, embora se façam discussões pertinentes sobre o assunto, a questão da educação permanente do assistente social não se revelou adensadamente como tema a ser pesquisado e

problematizado.

Por intermédio da quantificação e da identificação de informações bibliográficas, mapeadas no período delimitado, é importante destacar que a temática educação permanente do assistente social aparece raramente nas fontes pesquisadas (dissertações, teses e artigos). Essa realidade apresenta-se como refletora de uma tendência da produção científica do passado e da atualidade que se volta com mais intensidade à questão da formação do aluno enquanto se encontra na graduação (AMARO, 2007; GOUVÊA, 2008; GUERRA, 2010; JOAZEIRO, 2009; SANTOS, C., 2010; SOUZA; OLIVEIRA, 2010); à questão do trabalho desenvolvido por esses profissionais (MARTINELLI, 2011; RAICHELIS, 2010, 2011); e à temática da pesquisa com enfoque acentuado para o universo do *stricto sensu* (BOURGUIGNON, 2007; GUERRA, 2011; LARA, 2007; SETUBAL, 2007; SPOSATI, 2007). Esses autores citados são apenas alguns exemplos, porque muitos são os artigos que tratam dessas questões. Torna-se interessante, também, registrar que, apesar da diversidade de universos investigados para construção desse “estado da arte”, verificou-se que em todos eles estavam praticamente ausentes os estudos que tratam deste objeto de pesquisa.

O que se vê, nesse conjunto de estudos, é que a produção científica, tanto das épocas anteriores a 2007 (duas dissertações defendidas) como das posteriores (dois artigos publicados), demonstra a raridade das obras que, diretamente, tratam do assunto a ponto de ganhar destaque enquanto título dos referidos trabalhos. Com isso, pode-se afirmar que é necessário entrar em curso um processo de expansão da discussão pública, da produção de informações e de conhecimento a respeito da educação permanente do assistente social.

Acredita-se que a ausência de estudos nessa direção deve-se ao fato de a política de assistência social ganhar estatuto de política pública a partir de 2003. Com isso, os esforços teóricos e práticos da categoria profissional se voltavam com mais intensidade à consolidação do reconhecimento dos direitos sociais como responsabilidade do Estado. Na sequência dos acontecimentos históricos na área da assistência, novas demandas se apresentaram para os profissionais, envidando esforços na direção da implantação e implementação de uma nova forma de se fazer assistência social.

Em virtude da busca pela maioria da assistência social, a qual exigiu compromisso e comprometimento por parte dos assistentes sociais, excepcionalmente, as ações e reflexões focadas na educação permanente foram apartadas temporariamente do universo acadêmico e sócio-ocupacional dos profissionais. Portanto, do apresentado neste “estado da arte”, chega-se ao pressuposto de que, no campo da produção do conhecimento, a educação permanente do profissional de Serviço Social, no âmbito da assistência social ainda vem se constituindo como um grande desafio.

A trajetória reflexiva em torno dos dilemas, desafios e possibilidades da educação permanente do assistente social, focando sua relevância no âmbito do SUAS e na afirmação do Projeto Ético-Político Profissional, parte da premissa de que somente é possível ser realizada quando se apreende o movimento histórico de avanços e retrocessos pelos quais a política de assistência social tem passado nos últimos anos.

A análise dos resultados não foi objeto de maiores delongas devido a quase inexistência de estudos sobre a questão que pudessem servir de subsídios para adensamento das elucidações teóricas. Os trabalhos mais relevantes encontrados (CANOAS, 2007; DIJKSTRA, 1984; FERNANDES, 2007; GARCIA, 2004), por tratar diretamente a temática, até onde foi possível analisar, subsidiaram as reflexões aqui elaboradas.

Essa conclusão permite que se avance nas reflexões acerca da importância da educação permanente do assistente social, demonstrando, sobejamente, que a lacuna ainda não preenchida convoca pesquisadores a um aprofundamento teórico capaz de estabelecer conexões diretas com a intervenção realizada pelos assistentes sociais no âmbito do SUAS.

## REFERÊNCIAS

AMARO, S. O ensino do trabalho profissional na perspectiva da complexidade e da contemporaneidade: uma ontologia do olhar. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 15, n. 2, p. 246-265, 2007.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 46-54, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, DF, 2007.

CAMILO, M. V. R. F. Encontro entre Política de Qualificação e Trajetórias Sociais. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 6, n. 6, p. 53-65, maio 2007.

CAMPANÁRIO, M. de A.; SANTOS, T. do C. Silveira. Escopo de projeto para indexação de revistas científicas. **Revista Eccos**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 251-272, jan./jun. 2011.

CANOAS, J. W. Serviço Social e Educação. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 16, n. 1, p. 163-168, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: <[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)>. Acesso em: 20 set. 2012.

DIJKSTRA, G. G. **O assistente social e a educação permanente**. Rio de Janeiro. 1984. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.

FERNANDES, R. M. C. Educação Permanente: um desafio para o Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 207-218, jan./jun. 2007.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

GARCIA, T. S. **Formação profissional continuada do assistente social: uma reflexão a partir das visitas de fiscalização do CRESS nas regiões de São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba**. Franca. 2004. 84 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Franca, 2004.

GOUVÊA, M. das G. de. Estágio, Supervisão e Trabalho Social. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 62-73, 2008.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. A Pós-Graduação em Serviço Social: um patrimônio a ser preservado. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

JOAZEIRO, E. M. G. Supervisão de Campo no Serviço Social: lócus de formação e de ressingularização de saberes. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 7-8, n. 7-8, p. 49-73, dez. 2009.

LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 73-82, 2007.

MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 107, p. 497-508, jul./set. 2011.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SANTOS, C. As diretrizes curriculares da Abeps: desafios atuais da supervisão para a concretização do perfil profissional. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 23-36, dez. 2010.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 64-72, 2007.

SOUZA, T. M. C.; OLIVEIRA, C. A. H. da S. Educar cidadãos: o cenário da formação profissional em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 1, p. 193-222, 2010.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 15-25, 2007.